

HISTÓRIA E POLÍTICA

Rafael Sêga *

*O tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações
Daí procede, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança
com relação à história tradicional, dita factual, confundindo-se a
etiqueta com a etiqueta da história política, não sem alguma injustiça:
a história política não é forçosamente uma história factual,
nem é condenada a sé-lo.*

Fernand Braudel

RESUMO

O presente artigo pretende ver como a História Política tradicional, ao definir temas, objetos, princípios e métodos tomando como base a visão centralizada e institucionalizada do poder, preponderou por mais de dois mil anos. Pretende ver também como a mesma, ao final do século XIX, acabou sucumbindo aos ataques feitos pela sociologia de Émile Durkheim, de François Simiand e pela renovação metodológica proposta por Henri Berr e, mais tarde, pelos Annales. Contudo, a partir da década de 60, surgiram importantes iniciativas na busca de uma “Nova História Política”, no intuito de resgatar o papel e importância do político sem recair, no entanto, na História Política factual. Foi observado que essa nova forma de escrever sobre o poder na história se apropriou de outros ramos das Ciências Sociais, como a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia, entendendo a vida política como um complexo de ações, convicções e sensibilidades.

Palavras-chave: História Política tradicional, historiografia contemporânea, Escola dos Annales, “Nova História Política”.

ABSTRACT

The present article intends to verify how the traditional political history when defining themes, objects, principles and methods grounded

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do CEFET/ Unidade Pato Branco.

on the institutionalized and centered vision of power, prevailed for over two thousand years. And also, how it, by the end of the nineteenth century, came to its end due to the attacks under the Émile Durkheim and François Simiand's sociology and the methodological renovation proposed by Henri Berr and later on by the Annales. However, since the 60s important initiatives have arisen in search of a "New Political History", with the intention of rescuing the role and importance of politicians with no recurrence, nevertheless, to factual political history. It was observed that this new way of writing about power in history has permeated other fields concerning social sciences, such as political science, sociology and anthropology, and has perceived political life as a conjunction of actions, convictions and sensibility.

Key-words: traditional political history, contemporaneous historiography, École des Annales, "New Political History".

[c/ autor: grifo nos originais das citações?]

O poder, as guerras, a política e as sedições foram centrados pela escrita da história desde de suas primeiras tentativas de estabelecimento disciplinar, Heródoto começa suas "Investigações" pela epígrafe: "Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui os resultados de sua investigação (*historiê*), para que o tempo não apague os trabalhos dos homens (*erga*) e para que as grandes proezas, praticadas pelos gregos ou pelos bárbaros não sejam olvidadas; e, em particular, ele mostra o motivo do conflito que opôs esses dois povos."¹ Ora, argumenta François Hartog, a luta de Heródoto é superar o aedo e tentar exprimir em prosa o ocorrido nas Guerras Médicas, para que elas não caiam em esquecimento, e expor "uma visão política do mundo", por um lado, e o "despotismo bárbaro", por outro.²

À vista disso, desde os helenos a preocupação da história é resgatar a vida dos moradores da cidade – a etimologia do termo política vem do grego *pólis* –, os regimes de governo, os reinos, os sistemas republicanos, enfim, o funcionamento dos poderes públicos. O Estado acabou se tornando o principal ponto de atenção dos historiadores, cujas obras passaram a

1 HARTOG, F. Heródoto. In: BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 378.

2 Id.

figurar a vida de monarcas, generais, noções gerais sobre a legitimidade dos enunciados políticos etc., constituindo a modalidade que Francisco Falcon chamou de História Política tradicional:

Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder*, essa história pretendeu também ser *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos.³

Destarte, a historiografia feita durante a Antigüidade Clássica focava apenas uma classe, a dominante, e suas relações com o corpo social. Todavia, tanto na Grécia como em Roma, a vida pública era envolvida com a vida religiosa, fazendo dos deuses sujeitos da história também. Qualquer espécie de análise estrutural (concepção que os antigos desconheciam) da sociedade, isto é, qualquer exame da inter-relação da economia com as instituições e os grupos sociais não se fazia premente, pois o funcionamento do corpo social era considerado normal, e por isso desapercebível aos olhos do historiador.

Com o esfacelamento do mundo romano e o processo de feudalização do ocidente europeu, o núcleo do discernimento historiográfico (a narrativa linear) permaneceu o mesmo. Contudo, o pensamento cristão inseriu um novo fator: a inclusão do devir humano numa teleologia divina, ou escatológica, na qual a Igreja Católica era a única intérprete apta por Deus a decifrar os enigmas da vida humana na Terra e conduzir o “rebanho” à salvação.

Entrementes, durante a Idade Média, a historiografia passou a contar com múltiplos relatos sobre a vida pública, sobre as guerras e sobre a vida eclesiástica; como diria Santo Agostinho, a “cidade dos homens” e a “cidade de Deus”. Foi um período prolífico em obras “hagiográficas”, rela-

³ FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 63.

tos de vidas de santos. Mas, como foi dito anteriormente, o modelo clássico ainda era arremedado.

O humanismo e a Renascença promoveram verdadeiras revoluções nos mais variados campos do conhecimento humano. Muito embora tal reviravolta não tenha atingido substancialmente os domínios de Clio em sua inclinação política, não se pode furtar de ressaltar dois pendores essenciais da renovação renascentista: a discussão erudita das fontes e a supressão definitiva do “divino” e do sobrenatural da história em sua busca da “verdade absoluta”, ou aristotélica, ainda que fosse tão somente a verossimilhança. Sobre isso Sandra Jatahy Pesavento esclarece:

Logo, mesmo colocando a narrativa histórica do lado do real acontecido e, portanto, do verdadeiro, a visão aristotélica não confunde o que se passou com o seu relato, pois, entre ambos, se apresenta um discurso articulado que se coloca no lugar do fato que existiu. Há uma atividade da voz narrativa que organiza o acontecido, ordena os acontecimentos, apresenta os personagens, dispõe as temporalidades e apresenta o conjunto dos dados para o leitor/ouvinte. (...) Chamemos talvez de ficção, como ato ou efeito de “colocar no lugar de”, “dar o efeito de real”, como se aquilo que se passou longe do olhar e da vida dos ouvintes ali estivesse, numa “ilusão referencial” de presença e que permitisse o público “imaginar” como “teria sido” aquilo que se narra.⁴

A valer, alguns historiadores renascentistas não se prestavam mais a relatar os feitos marcantes dos poderosos e passaram a buscar feições mais amplas do corpo social.

Entre os séculos XVI e XVIII, começaram a surgir as primeiras agremiações de historiadores profissionais, ora para legitimar o poder do *príncipe* sobre seus súditos com lições históricas, ora para (re) legitimar o mando de uma Santa Sé esfacelada pela Reforma. O refinamento do método erudito (“corrente antiquária”) fecunda as “ciências auxiliares” da história, tais como a paleografia, a diplomática, a heráldica, a numismática, a genealogia

⁴ PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista Estudos de História*, Franca [[volume](#) e [número](#)], 1999, p. 68.

etc., fundamentais para a posterior consolidação científica (positiva) da história no século XIX. Sobre essa época, Francisco Falcon elucida:

Neste período, correspondendo à chamada Idade Moderna, a História, como história política, apresenta ainda três particularidades interessantes: (1) ela continua a ter sua velha função de *mestra da vida*, mas os humanistas a utilizam também no ensino da retórica; (2) a sombra de Maquiavel faz pairar sobre ela uma desconfiança terrível: talvez, na verdade, a história não seja capaz de ensinar senão política e nada tenha a ver com a moral e a ética; (3) trata-se de “histórias” que se referem cada vez mais aos Estados territoriais ou dinásticos, as conhecidas monarquias nacionais dos Estados absolutistas dos tempos modernos, constituindo-se em precursoras das futuras histórias nacionais centradas na idéia de Estado-nação.⁵

O triunfo da Revolução Francesa e a busca do racionalismo, promovida pelo *mouvement des lumières*, ou ilustração, iniciaram o aprofundamento do estudo da História Política na segunda metade do século XVIII, Pierre Lévêque a isso refere-se:

Com Augustin Thierry, Guizot e Michelet, ela voltou-se para o terceiro estado e para o povo, fez intervir as “massas humanas” no mesmo título que os heróis e os grandes desse mundo, e chegou assim inevitavelmente a interessar-se pelas estruturas sociais e pelas mentalidades coletivas. Com Mostesquieu, Gibbon, depois, muito mais tarde, Tocqueville ou Fustel de Coulanges, ela orientou-se para a procura das causas profundas a prazo longo.⁶

A contraposição do movimento iluminista veio com o romantismo, que, no início do século XIX, apregoava o abandono das fórmulas de composição e a maneira de escrever dos autores clássicos para valorizar o indi-

5 FALCON, op. cit., p. 64.

6 LÉVÉQUE, P. História política. In: BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 381.

vidualismo, o lirismo, a sensibilidade e a intuição em detrimento do racionalismo exagerado. O romantismo tinha por objetivo a criação de vínculos afetivos dos indivíduos com os Estados nacionais, entendidos como comunidades imaginadas. Em termos historiográficos, o romantismo trouxe algumas novas posições e a revitalização de outras, como a valorização do Estado-nação (e do “povo”), o avigoramento do rigorismo erudito e o entendimento historicista da história como o *singular coletivo*.⁷

O esplendor da pujança técnico-industrial da sociedade burguesa européia refletiu, na segunda metade do século XIX, no ocaso ideal romântico e um novo afã racionalista foi instaurado. Os historiadores passaram a se imbuir de um cientificismo positivista (a “Escola Metódica”, cujos corifeus foram Charles Langlois e Charles Seignobos),⁸ calcado em uma epistemologia empirista absoluta, onde o fato histórico teria, dentro da produção científica da história, o papel substituto das experiências observáveis dos outros ramos das ciências.

Segundo Leopold von Ranke, a historiografia positivista deveria ser uma exposição dos fatos “tal como se produziram”. Esses fatos teriam de ser extraídos principalmente dos documentos escritos oficiais, que, depois de submetidos à crítica externa (ou de veracidade) e à crítica interna (ou de interpretação), forneceriam ao historiador subsídios para a escrita de uma narrativa encadeada seqüencialmente, na qual o fato singular era “geneticamente” político, mesmo porque a historiografia também continuava a ter um papel fundamental para a legitimação dos regimes de poder.

A historiografia positivista (apesar da pretensão da objetividade científica) acumulou grandes quantidades de fontes que não eram muitas vezes interpretadas, limitando sua produção historiográfica e caindo progressivamente em desprestígio à medida que o século XX avançava.

Não é à toa que a narrativa linear e seqüencial dos feitos político-militares predominou na historiografia por mais de dois mil anos, pois a história é “filha de seu tempo” e como tal atendeu continuamente a suas intenções ideológicas: à noção de pertencimento à polis ou à grandeza de Roma, à índole guerreira da nobreza feudal ou ao sentimento religioso dos fiéis da Santa Igreja, ao temperamento empreendedor da modernidade ou

7 FALCON, op. cit., p. 65.

8 BOURDÉ, G.; HERVÉ, M.. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa América, 1990. p. 97.

aos enlevos nacionalistas contemporâneos etc. Sobre isso Pierre Lévéque infere:

Os historiadores, com toda a naturalidade, tiveram a tendência de privilegiar os fatos que traziam uma espécie de justificação a essas ideologias, e melhor respondiam às preocupações das “élites” para as quais eles escreviam, quer dizer, a seu interesse primordial pelas atividades ligadas à vida dos Estados e ao governo dos homens. O advento progressivo, na época moderna e contemporânea, de novos grupos dirigentes, só pôde modificar muito lentamente essa situação: o burguês comprador e leitor de história foi, primeiro, antes de tudo, o burguês de “antigo regime”, o notável fundiário, jurista, letrado, funcionário do Estado nacional, muito mais do que o homem de negócios ou o engenheiro. Como muitas vezes o observou Lucien Febvre, impuseram-se as grandes subversões técnicas e econômicas do século XX para que florescessem curiosidades novas e exigências que a história política tradicional não podia satisfazer.⁹

Destarte, a história “historizante” (factual) sucumbiu aos ataques feitos pela sociologia de Émile Durkheim, de François Simiand e pela renovação metodológica proposta por Henri Berr e, mais tarde, pelos *Annales*, na busca de uma história que levasse em conta as determinantes geográficas, sociais e econômicas, em que (usando uma metáfora do próprio Fernand Braudel), o *événementielle* (factual) não passaria de uma onda diante das profundezas do oceano da *longue durée* (longa duração). As novas formas de entender a história passaram a adotar o princípio de que todos aspectos sociais estavam sujeitos a transformações e mudanças, e não só o político.

Historiadores do porte de Lucien Febvre e Marc Bloch agruparam-se, em 1929, em torno da revista *Annales de Histoire Économique et Sociale*, mais tarde *Annales: économies, sociétés, civilisations* (origem do termo *École des Annales*), e buscaram construir uma historiografia que se constituísse em uma ciência social, levando em conta fontes indiretas e muitas vezes imateriais, sem a pretensão rankeana da descrição objetiva do real. Para tais historiadores, formas de viver e culturas eram mais permanentes que meros acontecimentos particulares, ou seja, cada sociedade carrega

9 LÉVÉQUE, op. cit., p. 382.

aspectos inerentes a sua própria estrutura, cabendo ao historiador investigar além da mera aparência do fenômeno social. Nesse sentido, o estudo histórico passou a se voltar às mentalidades, à geografia, ao cotidiano, às oscilações econômicas etc. O homem passou a ser encarado em sua totalidade, por isso muitos de seus aspectos essenciais só poderiam ser sentidos em temporalidades muito longas.

Outros dois importantes paradigmas intelectuais, o marxismo e o estruturalismo, também viriam reforçar esse desprezo pelo estudo da instância do político; o primeiro por considerá-lo uma mera “superestrutura” e o segundo por achar que o mesmo era um simples “epifenômeno” de um “todo articulado.”

No decorrer da década de 60, as revoluções (principalmente a francesa) foram reestudadas, isto deveu-se tanto por influência da própria historiografia francesa renovada, herdeira dos *Annales*, a *Nouvelle Histoire* (Nova História), com suas investigações sobre as *mentalités* (mentalidades) como pela inglesa de cunho marxista, ligada à *New Left Review* (Revista Nova Esquerda),¹⁰ que buscou nas sublevações, no *fazer-se* de classe,¹¹ nos motins, nas revoltas e nos movimentos revolucionários, captar um momento importante de manifestação das percepções culturais da população.

Entretanto, para Philippe Tétart, o acontecimento fundador da renovação da História Política remonta a 1954, com a publicação de “*La droite française*” (A direita francesa), por René Rémond:

Seu afresco classificatório das direitas francesas, sobre a longa duração (sécs. XIX-XX), baseado no estudo dos comportamentos sociológicos e espaciais, dos discursos, dos modos de expressão, rompe radicalmente com a perspectiva factual positivista. Ele contém outro “sentido” da história. Abre uma nova era. Em 1957-1958, Raoul Girardet – outro pioneiro – e Rémond publicam vários artigos na *Revue Française de science politique*. Apelam para a redescoberta da história política “abandonada”.¹²

10 ARIÉS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 153-176.

11 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1: A árvore da liberdade, p. 9.

12 TÉTART, P. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 126.

Atualmente, muitos historiadores passaram a rejeitar as análises macroscópicas e até mesmo estruturais que predominaram nas décadas de 60 e 70, os paradigmas dominantes,¹³ e voltaram seus focos de análises para a narrativa das vidas privadas, do cotidiano das pessoas comuns e dos acontecimentos diários. Por isso, também é colocada em relevo a corrente conhecida como Nova História Cultural,¹⁴ que insere uma renovação teórico-metodológica para a História Política. Esse ramo da historiografia contemporânea é um movimento relativamente recente, sendo fruto direto das mudanças na maneira de escrever a história, decorrentes da *École des Annales* e da *Nouvelle Histoire*. Essa corrente possui uma natureza etnográfica fortemente influenciada pelo estudo do universo simbólico,¹⁵ procurando, ao estudar o poder, resgatar a ação política humana no tempo e os sentimentos, emoções, formas de pensar ou idiossincrasias dos agentes e não mais cair nas armadilhas ingênuas da História Política tradicional, onde os líderes eram transformados em meras “emanações” da vontade popular (daí o desprezo pelo povo em si), decalcados do tecido social.

É importante ressaltar ainda os empréstimos que a oficina da história tem feito de outras ciências humanas para discernir sobre os estabelecimentos políticos do passado. Em artigo relativamente recente na revista *Estudos Históricos*, Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro¹⁶ discutem o progresso da concepção de *cultura política* na ciência política, na sociologia, na história e na antropologia, expondo-a como o complexo de ações, convicções e sensibilidades que ordenam e atribuem significados a métodos políticos diferentes. Os autores põem em destaque a teoria do conceito de cultura política, “segundo o qual as respostas a situações de interação social se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator faz dessas situações.” Os trabalhos na cultura política têm sido renovados teórica e metodologicamente, acarretando mudanças no objeto de estudo. As investigações recentes sobre cultura política destacam as condições que afetam a eficiência das instituições públicas, levando em conta os interesses públicos. A renovação metodológica passa a utilizar diversos

13 CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, 1991, p. 173. Nesse caso, o autor refere-se ao estruturalismo e ao marxismo.

14 HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 16.

15 BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

16 CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227, 1999.

conjuntos de insumos (levantamentos demográficos, etnografias, estudos históricos etc.), pretendendo apreciar os fatores que alteram o desempenho das instituições políticas.

Essa renovação metodológica da História Política passou a incorporar também uma reflexão sobre os mecanismos culturais de poder, isto é, como são estabelecidas as relações evocativas entre governantes e governados. Nesse sentido, novos matizes teóricos podem ser incorporados a uma História Política com novo brilho.

Assim, Bronislaw Bazcko reitera os estudos dos exercícios do poder nas ciências humanas:

Se nos virarmos para as ciências humanas, é fácil verificar que a imaginação, acompanhada pelos adjetivos “social” ou “colectiva”, ganhou também terreno no respectivo campo discursivo e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. As ciências humanas mostravam porém que, contrariamente aos slogans que pediam “a imaginação no poder”, *esta sempre tinha estado no poder.* (...) Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.¹⁷

Francisco Falcon, em seu texto “A identidade do historiador”, resalta que a historiografia contemporânea apresenta duas tendências fundamentais: o “giro lingüístico” (*linguistic turn* ou *semiotic challenge*), preconizado pelos trabalhos de Hayden White, e o “retorno do político”:

Baseadas como são em geral tais teorias na autonomia da linguagem e da produção de sentido, elas significam, para a história, a *eliminação do referente*, se entendermos como tal

17 BAZCKO, B. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi – Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 297.

a realidade extra-discursiva, assim como a supressão do papel do sujeito individual e, ainda, no limite, *a negação da existência de qualquer laço entre a história e as ciências sociais*. Já em relação ao chamado *retorno ao político*, considero bastante simplista e limitada a visão exposta por Chartier, sobretudo ao identificar em tal retorno, ou em todos que os defendem, a intenção de afirmar um certo *primado do político*, com o que se eliminam tantas e tão importantes iniciativas tendentes à construção de uma *Nova História Política*, ou seja, a resgatar o papel e importância do *político* sem recair, no entanto, na tradicional história política de viés positivista.¹⁸

René Rémond ressalta que, se a esfera política existe, sobressaindo-se das demais instâncias da realidade social, ela é exclusiva e autônoma, “imprimindo sua marca e influindo no curso da história.”¹⁹ Para ele, apesar da História Política ter sido associada neste século como um favorecimento do superficial em detrimento das estruturas mais permanentes, de uns tempos para cá ela sido resgatada em função de um debate jornalístico calcado na ciência política e pelo contato com outras epistemes sociais.

À guisa de conclusão, procurou-se esboçar ao longo desse artigo um quadro analítico que tentasse captar as principais transformações que a História Política sofreu ao longo dos séculos. Nesse sentido, foi visto que a História Política tradicional foi a principal forma (senão a única) de escrita da história até a segunda metade do século XIX, quando as ciências sociais passaram a questionar esse tipo de abordagem, tida como factual. Contudo, após um período de letargia, as discussões atuais sobre os redimensionamentos da História Política apontam para uma análise renovada, que busca entender até que ponto os homens são genuínos sujeitos históricos ou meros atores dentro de uma estrutura de poder supra-individual.

18 FALCON, F. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 23, 1989.

19 RÉMOND, R. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7, 1994.

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- APPLEBY, J., HUNT, L.; JACOB, M. *Telling the truth about history*. Nova Iorque: W. W. Norton and Company, 1994.
- BAZCKO, B. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi – Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.
- BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.
- BOURDÉ, G.; HERVÉ, M. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1990.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo, UNESP, 1997.
- CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1989.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel, 1967.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- HARTOG, F. Heródoto. In: BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- HOBSBAWM, E. J. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1334-146, 1992.
- LÉVÊQUE, P. História política. In: BURGUIÈRE, A. (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revisão Estudos de História*, Franca [**número, volume e páginas**], 1999.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.). *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 219-233.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo, Ática, 1994.
- RÉMOND, R. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.
- _____. Uma história presente. In: _____. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1: A árvore da liberdade.
- TUCK, R. História do pensamento político. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- VOVELLE, M. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.